



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016682-35.2010.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos Bancários**
 Requerente: **Gilberto José Miceli**
 Requerido: **Banco Itaú Sa**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 02 de abril de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 1742/2010

VISTOS

GILBERTO JOSÉ MICELI ajuizou Ação **ORDINÁRIA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO** em face de **BANCO ITAÚ S/A**, todos devidamente qualificados.

Alega o Autor, em síntese, que em 21/01/1998 firmou com o Banco-Réu Contrato de Financiamento de Bens, que recebeu o nº 58206228998. Alega que tendo por base esse contrato foram ajuizadas três ações (uma medida cautelar de sustação de protesto número de ordem 1992/98 da 2ª Vara Cível, uma busca e apreensão número de ordem 2071/98 da 1ª Vara Cível e uma declaratória número de ordem 2271/98 da 2ª Vara Cível). Por força da Ação de sustação de protesto os Requerentes efetuaram dois depósitos a título de caução; já na Ação de Busca e apreensão a Instituição financeira ficou em caráter definitivo, na posse do veículo objeto do contrato de financiamento e

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

em razão da Ação Declaratória a Instituição Financeira, também acabou levantando todo o numerário que se encontrava depositado. Pede a procedência da ação para que o réu seja condenado a reembolsar o que levantou nos autos do processo nº de ordem: 2278/98 – 2ª Vara Cível, devendo tal valor ser atualizado e corrigido na forma da Lei, acrescido dos juros legais.

Devidamente citada, a requerida contestou alegando, preliminarmente, a impossibilidade jurídica do pedido. No mérito, sustentou, em síntese, que: 1) que o autor de livre e espontânea vontade assinou o contrato; 2) não praticou nenhum ato ilícito apto a configurar enriquecimento ilícito; 3) não ficou com nenhum valor depositado pelo autor, aliás, não consta nenhuma assinatura sua (dele Requerido) nos mandados de levantamento dos valores depositados pelo Autor; 4) mesmo após a retomada do veículo, pode existir saldo remanescente em virtude dos valores obtidos com a venda, restando assim valores a serem saldados pelo Autor em seu favor. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 56/60.

As partes foram convocadas para audiência de tentativa de conciliação que restou prejudicada (cf. fls. 85).

Pelo despacho de fls.118, foi determinado às partes a especificação de provas. O Requerido disse pretender produzir prova documental, prova testemunhal e depoimento pessoal do Requerente. O Requerente não se manifestou.

Declarada encerrada a instrução pelo despacho de fls.125, o Autor apresentou memoriais às fls. 127/128 e a Requerido não se manifestou.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
É o relatório.

Por força de sentença proferida em 09/08/89 nos autos da Ação de Busca e Apreensão n. 2071/98 desta 1ª Vara Cível, **o contrato que unia as partes foi rescindido de modo favorável à ré, que inclusive, recebeu, em definitivo, o veículo** (cf. fls. 28/30).

Já nas demandas 2271/98 e 1992/98 da 2ª Vara Cível local ficou definido que o aqui autor, permaneceu com um débito para com a instituição financeira que acabou parcialmente liquidado por um depósito efetuado nos autos (v. fls. 33) **remanescendo a pagar quatro parcelas** (v. fls. 36 “in fine”).

Apreciando recurso interposto pelo Banco, a C. Turma Julgadora **afastou a extinção das obrigações** (que havia sido proclamada em 1º Grau) e a condenação do Banco a expedir o “recibo de quitação geral”.

Resta, assim, evidente que **o autor ainda deve ao Banco**; e tanto isso é verdade que o Juízo da 2ª Vara deliberou deferir ao último, o levantamento dos depósitos feitos na cautelar (fls. 106).

Como se tal não bastasse **o Banco não promoveu qualquer levantamento**, estando o numerário a sua disposição nos autos (v. fls. 111/115).

Nessa linha de pensamento não há qualquer indício da ocorrência de enriquecimento sem causa, circunstância consignada a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fls. 04 e não provada, saliento.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial.

Ante a sucumbência, fica o autor condenado ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do banco-requerido, que fixo, por equidade, em R\$ 724,00. No entanto, a execução de tais consectários, ficará condicionada à perda da miserabilidade do autor, que é beneficiário da Justiça Gratuita, tudo nos termos do art. 12 da L.A.J.

P. R. I.

São Carlos, aos 10 de abril de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**